

33º Congresso elege a Educação como prioridade em ano de grandes eventos



Palavra de ordem do “calendário especial” do ANDES-SN, a educação será o destaque de 2014. Durante a 33ª edição do Congresso do Sindicato Nacional, professores aprovaram plano de luta que evidencia a necessidade de mais investimentos na educação pública e de qualidade e na valorização da categoria. **Página 6 e 7**



■ ENTREVISTA

Autonomia universitária em xeque, diz docente

Página 9



■ ASSÉDIO

MPF/AM apura suposta prática de assédio moral contra docente da Ufam

Conforme a Portaria nº 42, publicada no Diário Oficial da União (DOU), no dia 29 de janeiro, a abertura de inquérito busca investigar a ocorrência de assédio moral por parte da administração superior contra o docente, Josenildo Santos de Souza. **Página 3**



■ REJEIÇÃO

Comunidade rechaça proposta de Lei Orgânica

Página 4

■ SÍNTESE

ANDES-SN divulga Carta de São Luís

Página 5

Este exemplar sai após o 33º Congresso do ANDES-SN, realizado em São Luís, uma capital atravessada pela pobreza, violência e descaso do poder público, mas também marcada pela resistência e luta dos que sofrem com a exploração e opressão de toda sorte. A análise da conjuntura aponta para uma ofensiva cada vez maior do capital sobre as demandas dos trabalhadores e camadas populares. Isto requererá um salto qualitativo em nossa organização e em nosso enfrentamento, o que pressupõe fortalecer o ANDES-SN, a ADUA, a CSP-Conlutas e a unidade na luta com todos os setores que se insurjam contra esta tendência. A continuação do ajuste das contas públicas à ganância do setor financeiro e rentista, a

ampliação da exclusão da maioria da população dos bens e serviços públicos, os indicativos de greve ou de discussão de greve de vários setores, inclusive no caso dos docentes das IFES, são reflexos das contradições presentes neste contexto. Novos ataques ao sistema universitário público nos desafiam a dar continuidade à luta contra a Lei Orgânica das Federais, o avanço da adesão à EBSERH, os cortes no orçamento das estaduais. Por outro lado, evidenciam-se os limites das Instituições Privadas de Ensino Superior, em casos como da Gama Filho e da UniverCidade/RJ. Os delegados deliberaram ainda por realizar um Encontro Nacional de Educação, aprofundar o trabalho da Comissão da Verdade do ANDES-SN e a participação em

eventos que pautem a reflexão e a denúncia dos 50 anos do golpe militar. Nesta edição abordamos também temas e situações de interesses da categoria: assédio moral na UFAM, decisão do CONSU-NI sobre autonomia universitária, fenômeno dos “rolezinhos”, quadro da divisão da riqueza mundial. Em maio teremos eleições para Direção do ANDES-SN, com possibilidade de termos pleito conjunto para a escolha da diretoria local. Convidamos os docentes a realizarem uma leitura atenta e comprometida com a participação crítica e criativa. Esperamos aprofundar nossa unidade e coesão na defesa de condições dignas de trabalho e da valorização da carreira docente. A hora é agora!

Notas

Ou ela, ou nós

Enquanto três universidades estaduais do Ceará suspenderam a greve, no dia 13 de janeiro, após três meses de paralisação, outra instituição estadual de ensino superior, dessa vez no Norte, já tem data marcada para iniciar o movimento paredista. Os professores da Universidade Estado do Amapá (Ueap) entram em greve a partir de 27 de fevereiro por tempo indeterminado. Eles exigem a exoneração da reitora Maria Lúcia Teixeira Borges e eleições diretas para reitor e vice. Em nota assinada pelo diretor do Sindueap, Daimio Chaves Brito, o Sindicato dos Docentes da Ueap (Sindueap) – Seção Sindical do ANDES-SN – informa que “a presença da referida gestora na Ueap é insustentável e inegociável”. A data indicada para deflagração da greve foi acordada com o movimento estudantil, durante assembleia geral realizada no dia 22 de janeiro. Até lá, docentes e estudantes pretendem formar um Comando de Greve Unificado.

Suspensão

Em virtude da situação dos atuais servidores do Hospital Universitário da Universidade Federal de Sergipe (HU/UFS), dos novos empregados com a implantação da Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares (Ebserh) e do impacto da empresa para o ensino, pesquisa e extensão e para a autonomia universitária, o Ministério Público Federal (MPF), representado pelo procurador da República Ramiro Rockenbach, pediu a suspensão do processo de implantação da Ebserh e do concurso que está sendo realizado enquanto não houver um debate ampliado sobre o assunto. “Sem um processo de amadurecimento da compreensão da empresa, é um dever levar a questão ao Poder Judiciário”, disse Ramiro, durante audiência pública sobre o tema, solicitada pelas entidades envolvidas na luta contra a privatização da saúde, no dia 22 de janeiro. Detalhe é que a situação descrita no início desse texto não é exclusiva do HU de Sergipe.

Fã de queijo

A Justiça Federal absolveu, recentemente, uma servidora da Universidade Federal do Amazonas (Ufam) e um estudante da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) denunciados pelo Ministério Público Federal (MPF) por corrupção ativa e passiva, respectivamente. O imbróglio de troca de vantagens envolvia o recebimento por parte da servidora de um pão de queijo e um queijo Minas como agrado para realizar a transferência do universitário da UFMG para a Ufam. O caso, que tramita desde 2010, veio a público através de uma denúncia do próprio estudante, após a servidora descumprir o trato. O juiz federal Márcio Cavalcante absolveu os réus com base no princípio da insignificância, uma vez que, não considerou o ato praticado como crime em razão da insignificância do risco causado pela conduta dos réus à Administração Pública. Se essa moda pega...

Ruptura

Com mandato até julho de 2015, através de eleição direta, o diretor do Hospital Universitário Getúlio Vargas (HUGV) da Ufam, Lourivaldo Rodrigues foi destituído do cargo, no último dia 31 de janeiro, pela administração superior da Ufam, reforçando, segundo ele, a soberba com que a reitoria gere a universidade. A divulgação sobre a falta de recursos destinados ao pagamento de dívidas e compra de medicamentos, feita pelo ex-diretor à imprensa, em dezembro do ano passado, teria sido o estopim para a substituição de Rodrigues pelo vice, Rubens Júnior, mais afinado com o espírito de corporativismo defendido pela atual administração. Apesar da tentativa da reitoria de mascarar o real motivo da destituição, informando que a escolha do novo superintendente do HUGV teve o objetivo de atender às exigências do contrato 01/2013, celebrado com a Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares (EBSERH), a magnífica teria ficado, na realidade, chateada com as verdades declaradas por Rodrigues.

charge



O jornal da ADUA é uma publicação da Associação dos Docentes da UFAM - Seção Sindical do ANDES-SN.

Diretoria: José Belizario (Presidente), Rafael Bellan de Souza (Vice-presidente), Marcelo Mário Vallina (1º secretário), Ana Lúcia Gomes (2º secretária) e Ana Cristina Belarmino (tesoureira).

Coordenador de Comunicação: Anderson Vasconcelos (SRTE-AM 459)

Jornalista Responsável: Annyelle Bezerra (SRTE-AM 491)

Reportagem: Anderson Vasconcelos (SRTE-AM 459), Annyelle Bezerra (SRTE-AM 491)

Projeto Gráfico e Arte: Herivaldo da Matta (Kuca)

Fotografias: Anderson Vasconcelos e Annyelle Bezerra

Impressão: Gráfica Silva. 2000 exemplares.

Fone/Fax: (92) 3088-7009/ 3305-4103

e-mail: aduass@uol.com.br; imprensa.adua@gmail.com

Endereço: Avenida General Rodrigo Otávio Jordão, 3000, Campus Universitário, Setor Sul, Coroadó, CEP: 69080-005 - Manaus-Amazonas.

Site: www.adua.org.br

■ Mudanças

Crise no HUGV chega ao Ministério Público

Fotos: Anderson Vasconcelos

Depois de assinar contrato com a Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares (Ebserh) e passar por uma crise em novembro do ano passado, tendo que cancelar centenas de internações, em virtude da falta de recursos, o Hospital Universitário Getúlio Vargas (HUGV) inicia 2014 sob novo comando. O médico-cirurgião Rubem Alves da Silva Júnior, que antes ocupava o cargo de vice-diretor da unidade hospitalar, assumiu o posto de primeiro superintendente do órgão complementar da Universidade Federal do Amazonas (Ufam). Mas, a mudança não ocorreu sem tensões e pode ter outros desdobramentos mais adiante.

Rubem Júnior foi apresentado oficialmente aos servidores do HUGV, como superintendente da unidade, no dia 7 de fevereiro. Durante o ato, a reitora da Ufam, Márcia Perales, fez questão de saudar a cada um dos gestores que compõem o seu staff, menos o antigo diretor do Hospital Lourivaldo Ro-

drigues – outrora um de seus apoiadores –, que assistiu a tudo em um assento nas últimas fileiras do auditório Dr. Zerbine. O ex-gestor do órgão complementar foi destituído do cargo, segundo ele, em conversa informal no gabinete da administração superior ao fim da tarde do dia 31 de janeiro, “após a quebra de confiança por declarações feitas na imprensa sobre o não atendimento das necessidades do HUGV por parte das autoridades superiores”.

Ocorre que Lourivaldo Rodrigues foi eleito ao posto máximo do HUGV em 2011, com 73% dos votos, e deveria permanecer no comando do órgão até julho de 2015. Para ele, o entendimento de estudantes e servidores da “casa” era que fosse conduzido, naturalmente, ao posto de superintendente do Hospital, em virtude das mudanças administrativas ocorridas por conta da adesão da Ufam à Ebserh.

Mas, a administração superior preferiu conduzir Rubem Júnior ao comando do Hospital. Em



Josenildo (esq.) e outros membros da CCAM solicitaram ao MPF/AM proteção e apuração dos casos

nota, a reitoria esclarece que a mudança “decorreu da necessidade de implementação da nova estrutura administrativa na referida unidade de saúde, em consonância com o contrato 01/2013, celebrado entre a Fundação Universidade do Amazonas e a Ebserh”.

Preterido, Lourivaldo Rodrigues usou seu perfil em uma rede social, ao fim de janeiro, para dar conhecimento de sua destituição, agradecer aos co-

legas de trabalho e ainda para criticar a postura da reitora. “Foi uma decisão dela que tive que acatar, ficando aqui meus protestos de desrespeito a uma decisão colegiada e às normas democráticas vigentes. Quero agradecer a todos os colaboradores que me ajudaram nestes quatro anos e que tiveram a coragem conosco de lutar pelo novo Hospital. Certo de ter cumprido com o meu dever, saio de cabeça er-

guida, apenas indignado pela soberba do poder, que ajuda-mos colocar lá”, afirmou.

Rodrigues reconhece que escreveu essas palavras de maneira intempestiva, mas não se arrepende. Ele também avalia que a sua não condução ao novo posto também podia ocorrer – como assim se fez –, com a adesão da Ufam à Ebserh.

Desde o início dos debates sobre a Ebserh, a Adua, acompanhada por outras entidades, alertava sobre as implicações nefastas que a adesão à Empresa poderia trazer, à medida em que a instituição federal de ensino concede à empresa público-privada o papel de protagonista na condução do hospital e reduz os princípios constitucionais da democracia e autonomia universitária a meros coadjuvantes. É o que demonstra a denúncia feita pelo ex-diretor do HUGV.

Mas, este caso ainda está longe do fim. Lourivaldo deu conhecimento da situação ao MPF/AM, onde ocorreu uma audiência pública, no fim de fevereiro, para tratar do assunto.

■ Providência

MPF instaura novo inquérito civil para apurar caso de assédio moral na Ufam

O Ministério Público Federal do Amazonas (MPF/AM) instaurou inquérito civil público para apurar a suposta prática de assédio moral pela direção da Universidade Federal do Amazonas (Ufam) contra o docente Josenildo Santos de Souza. Conforme a Portaria nº 42, publicada no Diário Oficial da União (DOU) no dia 29 de janeiro e assinada pelo procurador Alexandre Jabur, a universidade foi oficiada a encaminhar documentos ao MPF/AM.

Esse é o segundo inquérito civil instaurado para apurar suposta ocorrência de assédio moral contra servidor da Ufam lotado fora da sede. De acordo com o MPF/AM, o outro inquérito é de 2011 e está sob análise da Procuradoria da República no município de Tefé. A denúncia foi feita por uma professora da Ufam em Coari.

Em relação ao caso de Josenildo, a administração superior da Ufam confirmou o recebimento da solicitação do MPF/AM, no fim do mês de janeiro, para esclarecimento das questões levantadas pelo professor e informou que a universidade já está tomando providências. “No dia 10 de fevereiro, o gabinete expediu o Ofício 0103/GR/Ufam solicitando do Ministério Público o prazo de 30 dias para o encaminhamento das informações solicitadas, visto que o Instituto de Natureza e Cultura, de Benjamin Constant deve ser consultado acerca das providências administra-



Josenildo (esq.) e outros membros da CCAM solicitaram ao MPF/AM proteção e apuração dos casos

tivas referentes a processos do interesse do servidor”, diz trecho da nota enviada pela Assessoria de Comunicação.

De acordo com o documento do MPF/AM, o docente estaria sendo vítima de “suposta ocorrência de assédio moral por parte da direção da instituição, que é caracterizada pela constante necessidade de interposição de recursos para a obtenção

de direitos que são atinentes aos servidores da Ufam”.

“Agora que o MPF tomou a frente, eu espero que as coisas pendentes se resolvam e a administração da universidade seja intimada a cumprir o regimento da universidade”, disse o professor. Segundo ele, os processos estão parados há anos. “Busquei essa medida porque não podia mais esperar. São casos desde 2008, de processos que deveriam ter sido postos em análise, mas foi tudo engavetado”, afirmou. “Nós vivemos num estado democrático de direito, onde deve prevalecer a lei e não a vontade do admi-

nistrador”, criticou.

De acordo com Souza, até o momento não foi publicada a portaria dando conta da informação de que ele havia sido eleito vice-coordenador do curso de Pedagogia do INC, em 2008. Além disso, ele diz ter sido obrigado a deixar Benjamin Constant para se apresentar à Junta Médica da Ufam, em Manaus, sem qualquer custo para a instituição. Nessa conta, entram ainda duas promoções pendentes de análise desde dezembro de 2012, das três requeridas, segundo o docente. “A primeira foi aprovada ano passado, mas ainda não recebi os efeitos pecuniários dessa promoção. Fui desmoralizado várias vezes”, ressaltou.

Em nota, a Ufam informa que vários casos envolvendo o professor já foram solucionados. Entre eles, a universidade cita a homologação do estágio probatório do docente, em março de 2012; a autorização de afastamento para cursar mestrado, no mesmo mês daquele ano; e o reconhecimento da primeira progressão horizontal, em agosto do ano passado.

“Nós vivemos num estado democrático de direito, onde deve prevalecer a lei e não a vontade do administrador”.

Josenildo de Souza, docente da Ufam

Autonomia Universitária

Proposta de lei orgânica da Andifes sofre duas derrotas

Foto: Anderson Vasconcelos

A tentativa de fazer passar a proposta de Lei Orgânica das Universidades Federais, destinada a regulamentar a autonomia universitária de que trata o artigo 207 da Constituição Federal, não emplacou. Pelo menos, não na Universidade Federal do Amazonas (Ufam). A proposta, subpautada pela Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior (Andifes), sofreu duas derrotas. A primeira, no dia 31 de janeiro, foi imposta pela comunidade acadêmica, que, num debate público, rechaçou as ideias do projeto. Três dias depois, na maior instância deliberativa da instituição, o Conselho Universitário (Consuni) rejeitou a proposta por unanimidade.

No dia 3 de fevereiro, os integrantes do Consuni da Ufam, além de deliberarem pela reprovação da proposta, manifestaram entendimento de que é preciso manter as discussões sobre autonomia universitária, observando as contribuições acumuladas por várias entidades a respeito do tema, entre elas a do Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior (ANDES-SN).

Para o Conselho, é imperativo seguir debatendo o tema, entretanto isso não pode ser feito levando em consideração a íntegra da proposta apresentada pela Andifes, tampouco fazer sugestões ao texto. As considerações da entidade não serão excluídas do processo de discussão, mas somadas às contribuições feitas também, ao longo de décadas, pela Federação dos Sindicatos dos Trabalhadores das Universidades Públicas Brasileiras (Fasubra) e pelo Sindicato Nacional dos Servidores Federais da Educação Básica, Profissional e Tecnológica (Sinasefe). Além disso, os conselheiros destacaram a necessidade de ouvir também as contribuições da Assembleia Nacional de Estudantes – Livre (Anel), da União Nacional dos Estudantes (UNE) e ainda de outras entidades desejosas de somar-se ao debate.

Para que isso ocorra, uma das estratégias já definidas pelo Consuni foi a criação de um Grupo de Trabalho (GT) que será responsável por articular esse processo, com ações tanto no âmbito da universidade quanto em outras instâncias. Este GT será formado por dez pessoas, representando paritariamente a Adua, o Sindicato dos Trabalhadores do Ensino Superior do Estado do Amazonas (Sintesam), a comunidade estudantil, o Consuni e a Administração Superior da Ufam.

A primeira atividade deste Grupo é elaborar um documento com uma proposta estrutural de articulação nacional sobre o tema, a qual deve ser defendida pela presidente do Conselho e reitora da Ufam, Márcia Perales, durante a próxima reunião da Andifes, prevista para ocorrer até o fim de fevereiro. Por outro lado, o GT deve organizar as contribuições das entidades em um documento que servirá de base para as discussões na universidade e deve culminar com novo evento público sobre o tema.

Rejeição em AG

Durante a reunião, alguns conselheiros informaram que a proposta da Andifes foi rejeitada nos espaços deliberativos. “Fizemos a reunião no dia 10 de janeiro e a Assembleia Geral aprovou nota de repúdio a essa proposta, que também foi rejeitada no Condir. Esse é o posicionamento do INC”, disse o conselheiro Agno Nonato Acioli, diretor do Instituto de Natureza e Cultura, unidade acadêmica da Ufam em Benjamin Constant.

“Não é o repúdio pelo repúdio, mas o repúdio pelo conteúdo e pela lógica, porque essa é uma proposta que vai contra o modelo de universidade que a gente pensa e que a gente vive. Hoje a universidade está precarizada!”, disse o professor Tharcísio Santiago Cruz, conselheiro docente também pelo INC. Para ele, a situação pode piorar, caso a proposta da Andifes seja aprovada.

O posicionamento de rejeição ocorreu também em uma reunião



Durante seminário, na Ufam, em janeiro, proposta foi rechaçada

“O governo tem sim conhecimento da proposta do ANDES-SN para as universidades brasileiras e sabe que é possível implementá-la”

José Belizario, presidente da Adua

realizada no Instituto de Educação, Agricultura e Meio Ambiente (IEAA), outra unidade acadêmica da Ufam fora da sede. “Humaitá rechaçou a proposta na íntegra, por entender que ela apresenta significativas perdas às universidades”, disse a conselheira Ana Cláudia Fernandes Nogueira. Ela chamou atenção para o fato de

que alguns temas são colocados de forma impositiva e criticou também a atuação de conselheiros que atuam em causa própria. “Quero lembrar que eu não sou conselheira de mim mesma. Eu estou aqui representando um colegiado. Na fala de alguns conselheiros, fica parecendo que a defesa dessa proposta atende a um posicionamento pessoal”, afirmou.

Para a conselheira Cristiane Bonfim, que vai integrar o GT, o posicionamento do Consuni deve ser diferenciado. “Me pergunto se a lei orgânica é a melhor forma?! Depois de fazer alguns estudos, percebi que ela não é consenso. O ideal mesmo é fazer a construção coletiva! E isso requer tempo”, disse.

“Temos todo o tempo do mundo... Somos tão jovens”, disse o professor Jacob Paiva, conselheiro pela Faculdade de Educação (Faced), arrancando risos dos conselheiros, ao citar trechos de “Tem-

pos Perdidos”, clássico da banda Legião Urbana. Brincadeiras à parte, Paiva avalia que a universidade precisa retomar o protagonismo na defesa da autonomia universitária. “O ‘gene’ dominante dessa proposta é o ‘gene’ das diretrizes que o Banco Mundial tem colocado para os países periféricos, marcado pela privatização da educação”, afirmou.

O conselheiro Thiago Bastos, representante estudantil no Consuni, também recusou o projeto. “Defenestramos também essa proposta por compreendermos que ela atende a um projeto de mercantilização da educação pública. Isso vai contra a proposta que nós queremos para a universidade pública. É um retrocesso em relação às nossas lutas”, ponderou.

Na avaliação do conselheiro Sylvio Puga, a estratégia da Andifes está equivocada. “Se ela quer apresentar uma proposta, deveria ter dialogado com o Andes-SN, por exemplo. É necessário convocar uma mesa nacional, a partir de subsídios que serão entregues pelas universidades, e ouvir outras entidades”, propôs. Para ele, também é importante continuar a discussão do tema nas unidades acadêmicas.

O presidente da Adua, José Belizario, afirmou que falta “vontade política” do governo para fazer valer a autonomia universitária. “O governo tem sim conhecimento da proposta do ANDES-SN para as universidades brasileiras e sabe que é possível implementá-la, mas, como está a serviço do grande capital, se contrapõe à proposta do Sindicato Nacional”, afirmou.

Comunidade acadêmica rechaça ideias do projeto

Com exceção da fala dos representantes da Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior (Andifes) – entidade proponente da lei – e do Ministério da Educação (MEC), professores e técnicos que se manifestaram durante o debate público sobre a proposta de lei orgânica, no último dia de janeiro, levantaram uma série de preocupações em relação ao tema. Aproximadamente 140 pessoas compareceram ao evento.

Na avaliação do professor Paulo Rizzo, 2º secretário do ANDES-SN, não há autonomia sem democracia e embora o artigo 207 defina esse termo, há uma espécie de “cipoi” de leis e decretos infraconstitucionais que impedem a

verdadeira autonomia universitária. “Para os governos esse debate reaparece sempre em períodos de crises fiscais. Esse é o ponto que toca o debate da autonomia, pois a única forma de tê-la é por meio do pleno financiamento público. Caso contrário, sua liberdade de produção é limitada”, afirmou. O diretor do ANDES-SN citou como exemplo casos de professores orientadores que obrigam doutorandos a não apresentar a sua pesquisa, para não ferir interesses da empresa financiadora do trabalho. “É a lógica da autonomia de mercado, a ‘eunomia’, com projetos pessoais e de empresas em disputa”.

Ele reforça que a proposta de lei orgânica apresentada pela Andifes acentua o caráter produtivista-

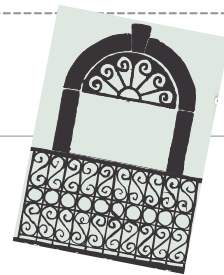
-mercantilista de um projeto que não prioriza a educação pública de qualidade. “A universidade pública não tem o papel de concorrer com outras universidades. Quem compete é a iniciativa privada!”, criticou Rizzo, chamando atenção para o caso de universidades públicas que oferecem cursos de especialização pagos, cobrança vedada pela Constituição Federal.

No entendimento do professor do Departamento de Filosofia, Alcimar Oliveira, essa lógica persiste em virtude da inversão de prioridades do governo. “O Brasil está hoje sob a intervenção da Fifa com doze elefantes brancos distribuídos pelo país, um deles aqui em Manaus. A sociedade brasileira precisa sim de uma universidade autônoma, mas

esta luta é muito árdua e não deve ter uma solução a partir desta discussão”, acentuou.

“Qual a autonomia que a universidade precisa?”, emendou o presidente do Instituto Amazônico de Cidadania, Hamilton Leão, representante da sociedade civil. Ele questionou o fato de governo conceder bolsas de estudo em instituições de ensino superior privadas, enquanto deixa de investir nas universidades públicas.

A coordenadora de Formação Sindical e Comunicação do Sintesam, Crizolda Araújo, questionou a limitada representatividade das universidades e dos trabalhadores na composição do Conselho das Universidades Públicas Federais, um dos tópicos da proposta de lei orgânica.



CARTA DE SÃO LUIS

ANDES-SN na defesa dos direitos dos trabalhadores: organização docente e integração nas lutas sociais. Sob a égide desse tema, realizou-se o 33º Congresso do ANDES Sindicato Nacional, de 10 a 15 de fevereiro de 2014, com a presença de trezentos e trinta e nove delegados e sessenta observadores de setenta seções sindicais, oito convidados e trinta e cinco diretores, na Cidade de São Luis – MA, terra do “grande mar” e de belezas naturais incontáveis; mas, terra de grandes contrastes em que a generosidade da natureza, que a todos pertence, é aviltada pela opressão de poucos, representantes de forças conservadoras encardidas aliadas do imperialismo, sinônimo de tirania e autoritarismo. Contudo, terra de grandes resistências históricas que hoje se expressa emblematicamente na luta maranhense contra os desmandos de governos continuistas, pelos direitos, pela liberdade e acesso aos bens da natureza dos que realmente são donos dessa terra: povos originários, negros e trabalhadores.

Na abertura, com a presença de entidades sindicais e representantes de movimentos sociais, foi feito o lançamento da Revista Universidade nº 53, tendo como tema “Dimensões da luta: vozes da rua e as reflexões da universidade”. Da mesma forma, foi apresentado um conjunto de peças que integram a última fase da campanha de sindicalização, bem como vídeo de chamamento aos docentes organizados no ANDES-SN à luta pelos seus direitos.

Com grande emoção, foi lido pelos membros da Comissão da Verdade, o texto “50 anos do Golpe Militar de 1964” lembrando a luta do ANDES-SN, integrado à luta histórica dos trabalhadores contra a ditadura e o seu forte compromisso com a democracia plena.

O 33º Congresso analisou detidamente a conjuntura em discussões aprofundadas e atualizou o seu Plano de Lutas, com a participação direta dos docentes presentes nos grupos de trabalho e plenárias, abordando os temas conjunturais e buscando estabelecer estratégias para o enfrentamento estrutural ao projeto de sociedade vigente para superá-lo pelo projeto da classe trabalhadora. Para tanto, estabeleceu como centralidade da luta dos docentes emparar 2014: Defesa do projeto de educação pública, com verbas exclusivamente para a educação pública, e de desmercantilização da educação, com carreira e salário que valorizem os docentes, intensificando a ação do ANDES-SN na categoria, o enraizamento da CSP-CONLUTAS, na construção da unidade classista dos movimentos sindical e popular e da solidariedade aos movimentos nacional e internacional dos trabalhadores.

Com essa direção, ancorados nas instâncias do ANDES-SN e na democracia do movimento, os docentes deliberaram sobre temas que dizem respeito aos múltiplos interesses sociais dos trabalhadores, às instituições de ensino superior, aos que nelas labutam e aos trabalhadores brasileiros de um modo geral, com os quais têm se articulado para a construção sólida de uma intervenção pela transformação.

O 33º Congresso deliberou que os docentes participem ativamente de todos os atos de repúdio ao Golpe de 1964, que neste ano completa 50 anos. Aprovou também a articulação do ANDES-SN com entidades sindicais e movimentos sociais pela revisão da Lei da Anistia e pela responsabilização dos autores dos da tortura e outros crimes de lesa humanidade e a realização de seminário sobre a temática. Considerou ainda que a abertura imediata dos arquivos da ditadura é fundamental para garantir o direito de informação. Foi avaliado que o trabalho realizado pela Comissão da Verdade do ANDES-SN, pela relevância, deve ter ampliado o apoio à sua infraestrutura e organização para o funcionamento mais ágil, compatível com o desenvolvimento dos trabalhos em 2014. Foi aprovada ainda a realização de Encontro Nacional sobre Ditadura Militar e a Universidade Brasileira. O ANDES-SN permanece comprometido com a luta pela consolidação da democracia plena em nosso país.

- No Setor das IEES/IMES, continua o esforço dos docentes na luta pela democracia, pela autonomia e financiamento que permitam à universidade o exercício do seu mister. Esse debate deverá ser ampliado

e aprofundado na preparação das seções sindicais para os Encontros que serão realizados ao longo de 2014. Uma referência importante na mobilização das seções sindicais do setor será a realização, em 28 de maio, do Dia Nacional de Luta em defesa de mais recursos públicos para as instituições estaduais e municipais. Da mesma forma, na perspectiva de ampliar o apoio e a solidariedade o 33º Congresso indicou que as seções sindicais e as Secretarias Regionais prestem apoio político e financeiro, sempre que solicitado, às seções sindicais em greve do setor das IEES/IMES.

- No Setor dos docentes das IFE, o 33º Congresso deliberou os Eixos da Campanha com os Servidores Públicos Federais, definidos em articulação com as demais entidades dos SPF: Definição da data-base (1º de maio); - Política Salarial Permanente com reposição inflacionária, valorização do salário base e incorporação das gratificações; - Cumprimento por parte do governo dos acordos e protocolos de intenções firmados; - Contra qualquer reforma que retire direitos dos trabalhadores; - Retirada dos PLs, MPs, dos decretos contrários aos interesses dos servidores públicos; - Paridade e integralidade entre ativos e aposentados e pensionistas; - Reajuste dos benefícios; - Antecipação para 2014 da parcela de reajuste para 2015. Da mesma forma, foi aprovada uma intensa agenda de mobilização, com calendário de ações, assembleias, Dia Nacional de Paralisação em 19 de março e uma reunião nacional do Setor das Instituições Federais de Ensino, no dia 29 e 30 de março, pautando a definição de estratégias de luta e negociação com o governo, bem como a retomada da greve dos docentes e a greve unificada dos servidores públicos federais. A pauta da campanha de 2014 dos docentes das IFE aprovada neste Congresso será imediatamente protocolada junto às instâncias oficiais, acompanhada da solicitação de audiência com o Ministro da Educação.
- Os docentes se posicionaram no sentido de realizar ações de denúncia, esclarecimento e mobilização pela derrubada da proposta de lei orgânica das IFES, com movimentos em defesa de processos estatuintes livres e soberanos, em defesa da autonomia universitária e da democracia plena, bem como desenvolver campanha de intensificação da luta contra o Projeto de Lei do Código Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação (PL 2177/2011).
- Para o Setor dos Docentes das IPES, o 33º Congresso deliberou: lutar pelo fortalecimento da base docente no processo de organização sindical e defesa de seus direitos, bem como intensificar a luta em relação à precariedade das condições de trabalho, perda de direitos e demissões injustificadas. Em relação aos recentes acontecimentos de fechamento da Universidade Gama Filho e UniverCidade o 33º Congresso deliberou: a) Intensificar ações de solidariedade aos trabalhadores e estudantes da Gama Filho e UniverCidade na defesa de seus direitos trabalhistas e educacionais; b) levantar e denunciar a situação dos trabalhadores e dos estudantes (em diálogo com suas representações sindicais e estudantis) das universidades Gama Filho e UniverCidade e indicar ao GT verbas que realize um estudo sobre financiamento público relativo a estas instituições; c) que o ANDES-SN continue acompanhando o processo de descredenciamento e/ou falências de cursos e IES pautando no GTPE os desdobramentos da expropriação das universidades privadas pelo Estado e as implicações desses processos para subsidiar posicionamento do sindicato a respeito do tema, até o próximo Conad; d) expropriação das universidades privadas sem indenização, transformando em universidades públicas sem que o Estado assumira as dívidas dessas instituições.
- O 33º Congresso reafirmou o seu compromisso de luta pela educação pública e gratuita ao aprovar a intensificação de ações que denunciam o descaso do governo em relação à política educacional. Nesse sentido, os docentes reafirmam o seu compromisso

de construção do Encontro Nacional de Educação em conjunto com sindicatos, entidades estudantis e movimentos sociais. É imprescindível, alerta o 33º Congresso, a continuidade da luta contra os Projetos de Lei que Lei que atacam o preceito constitucional de educação como direito de todos e dever do estado.

- O 33º Congresso, considerando as recentes orientações de caráter autoritário visando coibir a livre manifestação da população e a insatisfação popular, aprovou a denúncia e o combate à Portaria Normativa do Ministério da Defesa, nº 3461, de 19/12/2013, que retoma o regime de exceção no país e criminaliza os movimentos sociais; deliberou ainda realizar ampla campanha, em conjunto com a CSP-Conlutas e movimentos sociais, pela derrubada do PL 499/13, denunciando seu caráter repressivo e ditatorial que atenta contra as liberdades democráticas. O 33º Congresso considera inaceitáveis medidas inspiradas em ditames políticos internacionais que reeditam orientações de cunho fascista e totalmente descartadas.
 - Sobre comunicação os docentes deliberaram ampliar a participação e o intercâmbio das seções sindicais na luta pela democratização das comunicações, articulando-se, local e regionalmente, com outros setores sociais para constituir movimento e força política a favor da democratização das comunicações, mobilizando amplos setores sociais e populares.
 - Com muita satisfação, os docentes homologaram a criação de novas seções sindicais, organizadas por locais de trabalho, reconhecendo o significado da inclusão de novos sindicalizados e a importância da expansão do sindicato. Reafirma-se, assim, o reconhecimento do sindicato como representante de todos os docentes na perspectiva de uma universidade brasileira para todos os brasileiros, pública e gratuita, autônoma, democrática e de qualidade socialmente referenciada.
 - No que se refere à seguridade social os docentes deliberaram pelo aprofundamento da luta contra a EBSERH e o FUNPRESP ampliando a articulação com as demais entidades dos servidores públicos das três esferas e os movimentos sociais. Além disso, foi reafirmada a luta pela aprovação da PEC 555.
 - Ampliar e consolidar a participação do ANDES-SN na CSP-Conlutas no sentido do fortalecimento desta como polo aglutinador das lutas, na construção da unidade de ação com todos os segmentos que defendem os direitos dos trabalhadores. No âmbito do Sindicato o 33º Congresso deliberou dar curso, em 2014, ao debate relativo aos desafios político-organizativos do ANDES-SN, priorizando o enraizamento do Sindicato em todos os locais de trabalho, como ferramenta de luta dos docentes. Para isso, estará o ANDES-SN estudando formas de ampliar o apoio aos enfrentamentos, mobilizações e greves onde quer que ocorram. Este debate culminará em um seminário nacional que será realizado no segundo semestre deste ano. Deliberou o Congresso intensificar atividades de formação político-sindical articuladas com as seções sindicais. Ainda como parte dos desafios político-organizativos o 33º Congresso definiu que o ANDES-SN deve intensificar o apoio efetivo aos coletivos de professores que atuam visando a unidade, a autonomia e independência sindicais e que organizam o ANDES-SN em IES onde entidades divisionistas obstaculizam as lutas dos docentes.
- Os docentes no 33º CONGRESSO cumpriram as suas tarefas, trabalharam exaustivamente um conjunto de temas e proposições importantes para o encaminhamento das lutas e pelos interesses da categoria. Estão determinados a manter a luta, continuar os embates que façam avançar o projeto de construção da mobilização e independência política dos trabalhadores.

São Luis, 15 de fevereiro de 2014

Confira na íntegra no site da ADUA.

33ª Edição

Congresso do ANDES-SN define 2014 como Ano da Educação no Brasil

Nem Copa do Mundo, nem Eleições. Para os professores das universidades públicas brasileiras 2014 será o ano da Educação. Essa sim será a palavra de ordem do “calendário especial”, em que se pretende evidenciar a necessidade de mais investimentos na educação pública e de qualidade e na valorização da carreira docente no país. Essa foi uma das deliberações tomadas pelos participantes do 33º Congresso do ANDES-SN, realizado de 10 a 15 de fevereiro, na Universidade Federal do Maranhão, em São Luís. Este ano, o evento trouxe como tema “ANDES-SN na defesa dos direitos dos trabalhadores: organização e integração nas lutas sociais”.

Por ampla maioria, os delegados do Congresso também aprovaram o Texto de Resolução (TR) que define a Centralidade da Luta para o Sindicato Nacional no ano de 2014: “Defesa do projeto de educação pública, com verbas exclusivamente para a educação pública, e da desmercantilização da educação, carreira e salário que valorizem os docentes, intensificando a ação do ANDES-SN na categoria, enraizamento da CSP-Conlutas, na construção da unidade classista dos movimentos sindical e popular e da solidariedade aos movimentos nacionais e internacionais dos trabalhadores”.

Para o presidente da Adua, José Belizario, a edição de 2014 reacendeu “a esperança de que ainda é possível fazer algo para mudar o cenário caótico das universidades brasileiras”. Mas, ele faz logo um alerta: “Isso só será possível se vivenciarmos os princípios do nosso Sindicato Nacional, que devem ser repetidos constantemente: a defesa intransigente da universidade pública, gratuita, laica, democrática e de qualidade socialmente referenciada”.

Maior instância deliberativa do Sindicato Nacional, o Congresso reuniu aproximadamente 450 docentes – entre delegados, observadores e convidados – representando Seções Sindicais de todo o país. Durante uma semana, os professores concentraram

esforços na discussão e deliberação sobre os planos de luta para este ano, com atividades voltadas para os setores das Instituições Federais (Ifes), Estaduais/Municipais (Iees/Imes) e Particulares de Ensino Superior (Ipes).

A agenda conclama a categoria à mobilização e luta permanente pela reestruturação da carreira docente, salário e condições de trabalho. Além disso, um dos desafios apontados pelos congressistas é o enfrentamento a um governo que tem intensificado a retirada de direitos dos trabalhadores, priorizado a realização de megaeventos e criminalizado cada vez mais os movimentos sociais e sindicais.



Defesa do projeto de educação pública, com verbas exclusivamente para a educação pública, e da desmercantilização da educação, carreira e salário que valorizem os docentes.



Diferente do que divulgaram alguns veículos de comunicação da mídia tradicional, o Congresso do ANDES-SN não deliberou a retomada da greve, pois essa é uma decisão de cada seção sindical, em cada universidade. “A retomada ou não da greve ainda não está definida. Será decidida a partir das deliberações das assembleias. Assim como todas as



ações do Sindicato Nacional, essa também se pauta na decisão da base. O que apontamos no momento é pautar o debate”, reforça o vice-presidente do ANDES-SN, Luiz Henrique Schuch, criticando notícias distorcidas sobre a deliberação do 33º Congresso.

O calendário de ações do plano de lutas, aprovado pelos delegados da 33ª edição do Congresso do ANDES-SN, prevê rodadas de assembleias gerais nas seções sindicais, ações de divulgação, um dia nacional de paralisação e uma série de reuniões com entidades que integram o Fórum dos Servidores Públicos Federais, uma vez que os eixos da campanha salarial 2014 são comuns.

Programação

A primeira atividade já deve ser realizada ainda no fim de fevereiro, entre os dias 24 e 28, com a protocolização da pauta dos docentes das IFE no Ministério da Educação, com cópia para o Ministério do Planejamento e solicitação de audiência ao MEC. Já no período de 10 a 14 de março, o ANDES-SN enviará o material de divulgação para as seções sindicais, com o objetivo de mobilizar a categoria para as ações previstas para este 1º semestre.

A partir do dia em que o Sindicato Nacional iniciar o envio do material, as seções sindicais já podem realizar a rodada de assembleias gerais para debater sobre a mobilização e deliberação sobre paralisação em 19 de março, Dia Nacional de paralisação dos docentes das IFE e ato público em Brasília. Essa decisão deve ser tomada até o dia anterior à manifestação prevista para ocorrer na capital federal.

Dois dias depois, haverá uma reunião ampliada da Secretaria Executiva da CSP-Conlutas, em São Paulo. No dia 22 de março, o ANDES-SN terá representantes no Encontro do Espaço de “Unidade e Ação”, também em São Paulo. Nesses dois dias de encontro na capital paulista, a categoria deve repassar os informes das atividades recentes e ainda realizar nova avaliação de conjuntura.

Já na semana seguinte, de 24 a 28 de março, devem ocorrer novas rodadas de assembleias gerais das seções sindicais do setor das federais para discussão sobre retomada da greve suspensa em 2012, se somando ao conjunto dos SPFs. Nos dias 29 e

30 de março, a categoria volta a se reunir no encontro do Setor das Ifes, em Brasília, pautando a retomada da greve dos docentes, a greve unificada e a definição das estratégias de luta e negociação.

As medidas estão sendo tomadas para combater também um projeto de lei antigreve, a flexibilização do trabalho, a terceirização galopante e toda legislação que distancia o país de uma educação realmente pública e vincada nos valores democráticos. “O país enfrenta um processo político que compromete o futuro das próximas gerações”, avalia o professor Antônio Batista, um dos oito delegados da Adua no Congresso. Para ele, conjuntura requer unidade e clareza nos objetivos.

Congressos em números

Seções Sindicais: 19

Delegados: 345

Observadores: 72

Diretores: 35

Convidados: 6

Total: 458

Novas seções sindicais do ANDES-SN

Seção Sindical dos Docentes da Universidade de Taubaté (Sindunitau).

Seção Sindical dos Docentes da Universidade do Estado de Minas Gerais (Aduemg), unidade Ibitiré (MG).





Plenária aprova articulação com outros movimentos classistas

Para que a agenda seja cumprida com sucesso, os congressistas entendem que, além de ter uma base forte, o ANDES-SN precisa somar forças com outras entidades na defesa da Política Educacional que o Sindicato Nacional vem construindo ao longo dos anos. Por isso, um dos textos de resolução votados na Plenária de Políticas Sociais prevê, entre outras ações, a articulação com os movimentos classistas populares e sindicais não somente na construção desta agenda de lutas apresentada, mas na execução das atividades. Esses encontros preparatórios no primeiro semestre antecedem o Encontro Nacional de Educação previsto para agosto.

Os delegados aprovaram ainda reafirmar os princípios e estabelecer diretrizes e metas do Plano Nacional de Educação da Sociedade Brasileira, visando à atualização deste instrumento de luta como proposta contrária a que vem sendo empreendida pelos governos. Aprovado no Senado, no final de 2013, o novo Plano Nacional de Educação segue para a Câmara Federal, contrariando os anseios da população. O texto reafirma a prevalência do setor privado no financiamento da educação, em detrimento da educação pública e de qualidade, direito de todos e dever do Estado.

“É uma legislação que retira da educação o seu caráter de direito social garantido constitucionalmente, ao privatizar o espaço da educação pública por meio das Parcerias Públicas Privadas (PPP) e com perspectivas limitadas às taxas de escolarização, rompendo com a articulação entre ensino, pesquisa e extensão, e intensificando a precarização do ensino”, explica a presidente do Sindicato Nacional, Marinalva Oliveira. Ela afirma que o plano aprovado no Senado Federal respalda o desvio de recursos públicos para financiar empresas privadas.

A importância da unidade na luta, a partir da articulação das várias categorias de trabalhadores esteve em destaque desde a abertura do 33º Congresso. O exemplo de

resistência dos movimentos sociais e da população maranhense, que sofre nas mãos de uma oligarquia exploradora e opressora há décadas, foi expresso pela riqueza cultural, demonstrada na música e na dança do Tambor de Crioula, forma de expressão de matriz afro-brasileira que envolve dança circular, canto e percussão praticada por descendentes de escravos africanos.

“O Congresso demonstrou assim, um novo direcionamento da luta docente, ou seja, une-se aos movimentos sociais, pois as reivindicações convergem: na luta por direitos sociais, tendo como principal bandeira uma educação pública de qualidade”, afirmou o professor Tharcísio Santiago Cruz, outro delegado da Adua nesta edição do evento. Para ele, a realização do Congresso em São Luís foi acertada e tornou-se histórica. “O ANDES-SN avança na participação e apoio às lutas dos setores mais esmagados por esta política neoliberalista e por oligarquias locais, como a da família Samey que se revera no poder a mais de 50 anos”.

História de contradições

Ao significado político da realização do Congresso em São Luís, o coordenador da CSP-Conlutas, Paulo Barela, reforçou a crítica à situação emblemática no Maranhão. “Aqui observamos todo o descaso e as políticas aplicadas pelas oligarquias que existem em nosso país, como o assassinato de militantes e ativistas das causas sociais, o descaso com a saúde e com a educação e a miséria, que fica de frente para o palácio do governo”, disse.

Por isso, centenas de docentes participantes do Congresso responderam positivamente ao chamamento dos movimentos sociais de São Luís e integraram ato coordenado pela CSP-Conlutas em defesa dos direitos sociais e contra a política de opressão do governo estadual, realizado na antevéspera do encerramento desta edição do evento. Eles fizeram coro com outros representantes da classe trabalhadora, denun-

ciando os problemas vividos pela população maranhense. Entre eles, questões referentes à moradia, transporte, saneamento básico, alagamentos e a falta de acesso à educação e à saúde de qualidade, entre outros.

“O Maranhão é o estado com a maior concentração de terras e com os piores indicadores de saúde, além de ter altos índices de analfabetismo. A população tem que lutar para conquistar suas reivindicações”, afirmou o representante da Executiva Nacional da CSP-Conlutas, Saulo Arcangeli. “Da copa eu abro mão, eu quero o Samey bem longe do Maranhão” era uma das palavras de ordem mais gritadas durante o protesto pelas ruas do centro histórico da capital.

Combate ao Assédio Moral

De volta à Plenária de Políticas Sociais, a categoria aprovou ainda intensificar a luta no combate ao assédio moral e sexual nas Instituições de Ensino Superior, com a realização de um seminário sobre o tema. O dia e o local ainda não estão definidos, mas é certo que o assunto interessa à categoria.

Na Ufam, professores que consideram terem sido submetidos a situações humilhantes e constrangedoras em seu ambiente de trabalho criaram, no dia 11 de setembro do ano passado, a Comissão de Combate ao Assédio Moral (CCAM). Desde lá, o grupo vem ganhando força, com atuação em três frentes de ação distintas, porém complementares: registro e cobrança de providências nas instâncias competentes; estudo sobre o Assédio Moral na universidade; e encaminhamento dos assediados às entidades de apoio psicossocial do CAPS.

“A cada Congresso nosso velho ANDES-SN reafirma e intensifica seu compromisso com a defesa da Universidade Pública Brasileira, que, seguramente, a despeito dos seguidos ataques dos governos de plantão, ainda pode ser considerada como o mais republicano e importante patrimônio institucional”, arrematou o professor José Alcimar de Oliveira, integrante da delegação da Adua.

Eleição do ANDES-SN terá chapa única para o próximo biênio

Durante o Congresso, apenas uma chapa confirmou participação no processo eleitoral da nova diretoria do ANDES-SN, para gestão do biênio 2014/2016. A confirmação ocorreu durante a plenária do tema 4, sobre Questões Organizativas e Financeiras. As eleições devem ocorrer por votação direta e secreta em todo o Brasil, nos dias 13 e 14 de maio.

A chapa “ANDES-SN de luta e pela base” tem como candidatas a presidente, Paulo Rizzo, da Seção Sindical da UFSC, secretária-geral, Claudia March, da Adufcg Seção Sindical, e tesoureiro, Amauri Fragoso, da Adufcg Seção Sindical. Foram apresentados também os docentes que estarão à frente dos 11 cargos da diretoria nacional. Entre os indicados está o professor Jacob Paiva, filiado à ADUA, que concorre ao cargo de 1º secretário do Sindicato Nacional.

“Este será o momento da renovação. Diante de todos os ataques, e diante do poder de mobilização e de luta que podemos ter, é fundamental a unidade de todos os setores que têm como princípio a defesa do nosso Sindicato. A nossa compreensão é que este momento de eleições exige pensar na conjuntura e, diante dela, precisamos ter um sindicato fortalecido, uma direção representativa da sua base e de todos os princípios que foram construídos durante esses anos”, destacou a presidente do Sindicato Nacional, Marinalva Oliveira.

Nessa mesma plenária, os delegados do Congresso também deliberaram alterações no Estatuto do ANDES-SN, com 187 votos favoráveis, e do Regimento Eleitoral. Os participantes aprovaram ainda as prestações de contas do 58º Conad, questões relativas ao Fundo Único do Sindicato Nacional, além da manutenção do apoio financeiro à Escola Nacional Florestan Fernandes (ENFF) e à Auditoria Cidadã da Dívida.

Os delegados aprovaram ainda autorizar o 59º Conad a rever a metodologia adotada para o Congresso do ANDES-SN relacionada ao tema, pauta e cronograma, a fim de ajustar a cadência de trabalho no evento, garantindo condições para apreciação e deliberação das propostas submetidas.

Foi aprovada também a homologação de duas novas Seções Sindicais a integrar a base do ANDES-SN: Seção Sindical dos Docentes da Universidade de Taubaté (Sindunitau) e Seção Sindical dos Docentes da Universidade do Estado de Minas Gerais (Aduemg), unidade Ibirité (MG).



Nacional

Os rolezinhos nos acusam: somos uma sociedade injusta e segregacionista

Leonardo Boff

O fenômeno dos centenas de rolezinhos que ocuparam shoppings centers no Rio e em São Paulo suscitou as mais disparatadas interpretações. Algumas, dos acólitos da sociedade neoliberal do consumo que identificam cidadania com capacidade de consumir, geralmente nos jornalões da mídia comercial, nem merecem consideração. São de uma indigência analítica de fazer vergonha.

Mas houve outras análises que foram ao cerne da questão como a do jornalista Mauro Santayana do JB on-line e as de três especialistas que avaliaram a irrupção dos rôles na visibilidade pública e o elemento explosivo que contém. Refiro-me à Valquíria Padilha, professora de sociologia na USP de Ribeirão Preto: "Shopping Center: a catedral das mercadorias" (Boitempo 2006), ao sociólogo da Universidade Federal de Juiz de Fora, Jessé Souza, "Ralé brasileira: quem é e como vive" (UFMG 2009) e de Rosa Pinheiro Machado, cientista social com um artigo "Etnografia do Rolezinho" no Zero Hora de 18/1/2014. Os três deram entrevistas esclarecedoras.

Eu por minha parte interpreto da seguinte forma tal irrupção:

Em primeiro lugar, são jovens pobres, das grandes periferias, sem espaços de lazer e de cultura, penalizados por serviços públicos ausentes ou muito ruins como saúde, escola,

infra-estrutura sanitária, transporte, lazer e segurança. Veem televisão cujas propagandas os seduzem para um consumo que nunca vão poder realizar. E sabem manejar computadores e entrar nas redes sociais para articular encontros. Seria ridículo exigir deles que teoricamente tematizem sua insatisfação. Mas sentem na pele o quanto nossa sociedade é malvada porque exclui, despreza e mantém os filhos e filhas da pobreza na invisibilidade forçada. O que se esconde por trás de sua irrupção? O fato de não serem incluídos no contrato social. Não adianta termos uma "constituição cidadã" que neste aspecto é apenas retórica, pois implementou muito pouco do que prometeu em vista da inclusão social. Eles estão fora, não contam, nem sequer servem de carvão para o consumo de nossa fábrica social (Darcy Ribeiro). Estar incluído no contrato social significa ver garantidos os serviços básicos: saúde, educação, moradia, transporte, cultura, lazer e segurança. Quase nada disso funciona nas periferias. O que eles estão dizendo com suas penetrações nos bunkers do consumo? "Oia nós na fita"; "nois não tamo parado"; "nois tamo aqui para zoar" (incomodar). Eles estão com seu comportamento rompendo as barreiras do apartheid social. É uma denúncia de um país altamente injusto (eticamente), dos mais desiguais do mundo (socialmente), organizado sobre um grave pecado social pois contradiz o projeto de Deus (teo-



logicamente). Nossa sociedade é conservadora e nossas elites altamente insensíveis à paixão de seus semelhantes e por isso cínicas. Continuamos uma Belíndia: uma Bélgica rica dentro de uma Índia pobre. Tudo isso os rolezinhos denunciam, por atos e menos por palavras.

Em segundo lugar, eles denunciam a nossa maior chaga: a desigualdade social cujo verdadeiro nome é injustiça histórica e social. Releva, no entanto, constatar que com as políticas sociais do governo do PT a desigualdade diminuiu, pois segundo o IPEA os 10% mais pobres tiveram entre 2001-2011 um crescimento de renda acumulado de 91,2% enquanto a parte mais rica cresceu 16,6%. Mas esta diferença não atingiu a raiz do problema pois o que supera a desigualdade é uma

infraestrutura social de saúde, escola, transporte, cultura e lazer que funciona e acessível a todos. Não é suficiente transferir renda; tem que criar oportunidades e oferecer serviços, coisa que não foi o foco principal no Ministério de Desenvolvimento Social. O "Atlas da Exclusão Social" de Márcio Poschmann (Cortez 2004) nos mostra que há cerca de 60 milhões de famílias, das quais cinco mil famílias extensas detêm 45% da riqueza nacional. Democracia sem igualdade, que é seu pressuposto, é farsa e retórica. Os rolezinhos denunciam essa contradição. Eles entram no "paraíso das mercadorias" vistas virtualmente na TV para ve-las realmente e senti-las nas mãos. Eis o sacrilégio insuperável pelos donos do shoppings. Eles não sabem dialogar, chamam logo a polícia para bater e fecham as

portas a esses bárbaros. Sim, bem o viu T.Todorov em seu livro "Os novos bárbaros": os marginalizados do mundo inteiro estão saindo da margem e indo rumo ao centro para suscitar a má consciência dos "consumidores felizes" e lhes dizer: esta ordem é ordem na desordem. Ela os faz frustrados e infelizes, tomados de medo, medo dos próprios semelhantes que somos nós.

Por fim, os rolezinhos não querem apenas consumir. Não são animalinhos famintos. Eles tem fome sim, mas fome de reconhecimento, de acolhida na sociedade, de lazer, de cultura e de mostrar o que sabem: cantar, dançar, criar poemas críticos, celebrar a convivência humana. E querem trabalhar para ganhar sua vida. Tudo isso lhes é negado, porque, por serem pobres, negros, mestiços sem olhos azuis e cabelos loiros, são desperzados e mantidos longe, na margem.

Esse tipo de sociedade pode ser chamada ainda de humana e civilizada? Ou é uma forma travestida de barbárie? Esta última lhe convem mais. Os rolezinhos mexeram numa pedra que começou a rolar. Só parará se houver mudanças.

Leonardo Boff é teólogo, escritor, professor universitário e expoente da Teologia da Libertação no Brasil. Possui doutorado em Filosofia e Teologia pela Universidade de Munique, na Alemanha. Leia o artigo na íntegra no site <http://leonardoboff.wordpress.com>

Internacional

Relatório em Davos mostra que 85 pessoas detêm 46% da riqueza mundial

Apenas 85 pessoas no mundo detêm 46% de toda a riqueza produzida no planeta – mesmo percentual de metade da população – segundo um novo relatório, divulgado no dia 20 de janeiro no Fórum Econômico de Davos, na Suíça. O documento realça a incapacidade de políticos e líderes empresariais em deter o crescimento da desigualdade econômica. "Os resultados apresentados no estudo minam a democracia e tornam mais difícil a luta contra a pobreza", afirmou o grupo humanitário britânico Oxfam International, que assina o relatório.

– É impressionante que, em pleno Século XXI, metade da população mundial tenha apenas um pouco mais do que uma elite cujos números permitem tê-los, todos, sentados confortavelmente em um único vagão de um trem. Ampliando-se a desigualdade, cria-se um círculo vicioso no qual a riqueza e o poder concentram-se, cada vez mais, nas mãos de poucos, deixando o resto de nós a lutar por migalhas da mesa superior – disse Winnie Byanyima, diretora executiva do grupo.

Em um outro relatório, divulgado na semana anterior, o Fórum Econômico Mundial já abordava a desigualdade e a concentração de renda no mundo como o mais sério risco de danos políticos e instabilidade na próxima década. Na segunda década do século XXI confirma-se, integralmente, a Lei Geral da Acumulação Capitalista formulada assim n'O Capital, do eco-

nomista Karl Marx: "À medida que diminui o número dos potentados do capital que usurpam e monopolizam todas as vantagens deste período de evolução social, crescem a miséria, a opressão, a escravatura, a degradação, a exploração, mas também a resistência da classe operária".

A Organização Internacional do Trabalho (OIT), em linha com a miséria causada por um sistema global intrinsecamente injusto, mais de 200 milhões de trabalhadores estão desempregados no mundo. Apenas a União Europeia tem mais de 30 milhões de pessoas sem emprego e 127 milhões vivendo na pobreza extrema. Na França, mil empregos são destruídos por dia e cinco milhões estão sem trabalho. Na América Latina e Caribe a taxa de desemprego entre os jovens é de 13,7%, ou 22 milhões; na Espanha, 56%, e na Grécia, 61%. Ainda de acordo com a OIT, 73 milhões de jovens estão desempregados e este índice continua crescendo.

Na Alemanha, um dos maiores exportadores do mundo e país mais rico da União Europeia, 30% da população vivem abaixo da linha de pobreza e 7,45 milhões de trabalhadores têm "miniempregos", nos quais o trabalhador recebe 450 euros (R\$ 1.200) por mês. Caso esses trabalhadores fossem somados à população desempregada, o desemprego pularia de 7% para 24%.

Na principal cidade dos Estados Unidos, Nova York, 50 mil trabalha-



dores moram em abrigos porque seus empregos são de baixa remuneração e na Espanha, até junho de 2013, 20 mil famílias foram despejadas de suas casas.

A fome segue como a principal causa de morte no planeta. Na década de 1950, 60 milhões de pessoas passavam fome. Atualmente, são quase um bilhão. Mas, de acordo com a Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura (FAO), o número de pessoas com desnutrição – que sofrem de uma ou mais deficiências em micronutrientes (vitaminas e outros) – já alcança dois bilhões. Segundo Jean Ziegler, ex-relator especial para o Direito à Alimentação das Nações Unidas (ONU), 18 milhões morrem de fome por ano e, a cada 5 segundos, uma criança morre de fome.

O desenvolvimento do capitalis-

ta, controla a indústria, o comércio e a agricultura.

Estudo realizado pelo Instituto Federal de Tecnologia da Suíça enfocando 43 mil empresas multinacionais concluiu que 174 delas (na maioria bancos) controlam 40% da economia mundial. Nos Estados Unidos, maior país capitalista do mundo, apenas cinco bancos (JP Morgan, Goldman Sachs, Citigroup, Bank of América e Weels Fargo) têm ativos de US\$ 8,5 trilhões, cerca de 56% do PIB, e 10 empresas controlam 85% dos alimentos de base negociados no mundo.

Não bastasse, desde o início da crise, governos e bancos centrais repassaram mais de US\$ 30 trilhões a essa oligarquia financeira, provocando o maior endividamento público da história. Somente o Tesouro dos EUA, segundo relatório do U.S. Government Accountability Office (U.S. GAO), entregou 16 trilhões de dólares em empréstimos a juros negativos às grandes empresas e bancos do país, embora tenha demitido milhares de funcionários públicos.

Dessa forma, a globalização da economia nada mais é que a extensão do domínio desse pequeno e poderoso grupo de bilionários dos países imperialistas em aliança com a grande burguesia dos demais países, para obter superlucros.

Leia o artigo na íntegra no site do Correiio do Brasil (correiodobrasil.com.br)

“Arcabouço jurídico” coloca em xeque autonomia universitária, diz mestre em Educação

Em 1999, o professor Francisco Jacob Paiva da Silva, da Faculdade de Educação da Ufam, defendeu a dissertação “A reforma universitária brasileira dos anos 90: projetos em disputa”, para ob-

tenção do título de mestre em Educação, pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Quinze anos mais tarde, o docente destaca que a reforma, iniciada no governo FHC, com a LDB de 1996, se intensificou

nos governos petistas, com um “entulho autoritário” que desresponsabiliza o Estado quanto à educação pública e de qualidade. Medidas colocam em xeque a autonomia universitária, segundo docente. Confira!

Professor:
Francisco Jacob
Paiva da Silva

Formação: Professor do Departamento de Métodos e Técnicas da Faculdade de Educação da Ufam, mestre em Educação pela Universidade Federal de Santa Catarina.

Como surgiu o interesse em dissertar sobre a reforma universitária?

Inicialmente, o meu projeto tentava entender as transformações no trabalho docente nas universidades federais, em relação às mudanças do mundo do trabalho em geral. Mas, acabei orientando a pesquisa para a análise da reforma universitária que estava ocorrendo no Brasil, mas não assumida oficialmente como tal. Uma reforma de caráter profundo e de mudanças que passaram a ocorrer com a LDB (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional) de 96 e nas legislações complementares que os governos aprovaram, alterando a estrutura e o funcionamento do ensino superior no Brasil. Recuperei uma trajetória que chamo de a “reforma universitária” brasileira dos anos 90, cobrindo desde o fim do governo José Sarney até FHC (Fernando Henrique Cardoso), passando por Fernando Collor e Itamar Franco.

Que mudanças são essas e porque elas confirmaram a hipótese de que havia uma reforma em curso?

Diferente de outras leis de diretrizes e bases da educação, a LDB de 96 dedica boa parte dos artigos ao ensino superior. Na verdade, foi uma reforma que alterou consideravelmente vários aspectos da educação superior, que ainda estavam inscritos na Lei 5.540/68,

Foto: Annyelle Bezerra



que foi a Lei da Reforma Universitária durante a ditadura militar. Essa era a última reforma oficial que se tinha conhecimento, feita inclusive com a assessoria de grupos dos EUA e que estruturou o funcionamento das universidades brasileiras similar ao modelo americano, com sistema de créditos e departamentos, pondo fim à estrutura de cátedra. Outro aspecto relevante dessa reforma está relacionado às di-



Há um processo gradual e sucessivo de desresponsabilização do Estado com a educação em geral, sobretudo com o ensino superior



Até o governo de Fernando Henrique, essas iniciativas já se configuraram como uma reforma no ensino superior brasileiro, só que não de forma aprofundada em todos os seus aspectos. O governo Lula, no programa que o elegeu em 2003, entre outras coisas, sinalizava interesse em revogar todo o “entulho autoritário” de seu antecessor para a educação. Isso não ocorreu! Continua em vigor, por exemplo, a lei que estabelece peso de 70% para o voto dos docentes na escolha dos dirigentes das instituições públicas de ensino superior (Lei nº 9.394/1996). Isso é um afronte à autonomia e à democracia nas universidades! O que se vê, na verdade, desde o governo de José Sarney até o governo Dilma, é que está em curso um controle exacerbado sobre a democracia e autonomia das universidades.

Como o movimento docente pretende combater esse “entulho autoritário”?

Só há uma saída: muita luta e unidade entre professores, técnicos e estudantes. Para além da comunidade acadêmica, uma unidade com vários setores da sociedade, mesmo aqueles que não estejam ainda totalmente convencidos da nossa proposta de sociedade. A visão privatista está no campo da educação, da saúde, da previdência... E o controle do Estado sobre essas instituições avança, pois isso é um traço da proposta neoliberal de gestão.

O que seria, na proposta do movimento docente do ANDES-SN, a autonomia plena?

O modelo de universidade que o movimento docente defende, que o Sindicato Nacional defende, corresponde a outro modelo de sociedade, não apenas para o Brasil, mas para a humanidade. É evidente que o estado capitalista vai querer controlar as instituições na sua estrutura e no seu funcionamento, para fazê-las funcionar como azeite de reprodução da sua lógica. O nosso modelo de universidade, como está bem claro no Caderno 2, está necessariamente atrelado à luta por outro modelo de sociedade, para não sermos ingênuos e acharmos que, nos marcos da sociedade do capitalismo periférico brasileiro e dentro do sistema combinado na geopolítica do capitalismo global, será possível por em prática o nosso projeto de universidade, ligado à emancipação social, à sociedade livre e soberana.

Confira na íntegra no site da ADUA.

Essa é uma maneira de o Estado se desresponsabilizar pela educação pública?

Essa é a tese que o nosso movimento docente levanta. Há um processo gradual e sucessivo de desresponsabilização do Estado com a educação em geral, sobretudo com o ensino superior. Alguns estudos apontam que o Brasil é um dos países com maior índice de privatização do ensino no mundo, da creche ao ensino superior. Hoje, se vê uma reestruturação que vem piorando a situação da universidade pública, na medida em que, além de continuar a lógica do público subsidiando o privado, se tem todo um arcabouço jurídico que facilita a parceria público-privada. É o que está ficando mais claro, agora, com a proposta de Lei Orgânica da Andifes para a autonomia das universidades.

Esse processo, na sua avaliação, passa por uma fase de ‘intensificação’ no atual governo?

Demonstrativo mensal das receitas e despesas de 02/12/2013 a 31/12/2013

		MÊS ANT.	MÊS ATUAL	% MÊS AT.
1	INGRESSOS	62.307,37	62.308,81	100,00%
1.1	RECEITAS	62.307,37	62.308,81	100,00%
1.1.1	Contribuição dos Associados	62.079,10	62.079,10	99,63%
1.1.2	Rendimento da Aplicação Financeira	156,77	176,21	0,28%
1.1.3	Receitas com Reprografia	71,50	53,50	0,09%
2	SAÍDAS	60.063,34	63.883,89	100,00%
2.1	PESSOAL	20.132,19	15.672,36	24,53%
2.1.1	Salários	7.878,38	9.974,49	15,61%
2.1.2	Ajuda de Custos/Abono Natalino	-	2.212,00	3,46%
2.1.3	Férias	2.713,89	1.881,84	2,95%
2.1.4	13o Salários	7.327,92	-	0,00%
2.1.5	Vale Transportes/Alimentação	2.212,00	1.604,03	2,51%
2.2	ENCARGOS SOCIAIS/IMPOSTOS	4.099,82	7.826,07	12,25%
2.2.1	Contribuição INSS	3.170,52	6.023,94	9,43%
2.2.2	Contribuição FGTS	738,32	1.402,32	2,20%
2.2.3	PIS Folha de Pagamento	92,29	175,29	0,27%
2.2.4	IRRF s/Férias e Salários	98,69	224,52	0,35%
2.3	SERVIÇOS PRESTADOS - PESSOA FISICA	6.147,00	6.107,20	9,56%
2.3.1	Serviços de Manutenção de Equip.de Informatica	1.197,00	1.143,90	1,79%
2.3.2	Serviços de Diagramação de Material Impresso	1.600,00	800,00	1,25%
2.3.3	Serviços de Assessoria Jurídica	1.500,00	1.500,00	2,35%
2.3.4	Serviços de Manutenção Elétrica	160,00	-	0,00%
2.3.5	Serviços de Confeção/Faixas/Cartazes	660,00	210,00	0,33%
2.3.6	Serviços Administrativos	-	1.273,30	1,99%
2.3.7	Serviços de Limpeza/Manutenção	1.030,00	1.180,00	1,85%
2.4	SERVIÇOS PRESTADOS - PESSOA JURIDICA	3.805,00	5.549,00	8,69%
2.4.1	Serviços de Confeção de Faixas	360,00	1.000,00	1,57%
2.4.2	Serviços de Manutenção de Xerox	540,00	-	0,00%
2.4.3	Serviços de Manutenção de Home Page	193,00	193,00	0,30%
2.4.4	Serviços de Manutenção de Ar Condicionado	-	2.000,00	3,13%
2.4.5	Serviços de Buffet e Eventos	-	1.000,00	1,57%
2.4.6	Serviços Contábeis	2.712,00	1.356,00	2,12%
2.5	CONTRIBUIÇÃO ANDES - SINDICATO NACIONAL	14.503,93	14.503,93	22,70%
2.5.1	Contribuição ao Sindicato Nacional	12.305,76	12.305,76	19,26%
2.5.2	Contribuição Comando Nacional de Mobilização	229,25	229,25	0,36%
2.5.3	Contribuição Fundo de Solidariedade	492,23	492,23	0,77%
2.5.4	Contribuição Sindical Conlutas	1.476,69	1.476,69	2,31%
2.6	PASSAGENS, DIARIAS E HOSPEDAGENS	1.411,01	9.508,25	14,88%
2.6.1	Passagens Aereas/Terrestres	691,01	7.108,25	11,13%
2.6.2	Diárias (Transportes/Alimentação)	720,00	2.400,00	3,76%
2.8	BENS DE CONSUMO	6.546,20	4.594,39	7,19%
2.8.1	Telefone	666,69	486,35	0,76%
2.8.2	Correios/Malotes	532,92	1.937,52	3,03%
2.8.3	Combustível	350,00	410,00	0,64%
2.8.4	Taxi, Fretes e Ônibus	211,25	261,17	0,41%
2.8.5	Despesas com Eventos	1.670,00	-	0,00%
2.8.6	Material de Expediente/Limpeza	1.033,50	446,90	0,70%
2.8.7	Refeições e Lanches	698,30	1.052,45	1,65%
2.8.8	Materiais Hidraulicos/Eletricos	48,00	-	0,00%
2.8.9	Assinatura Provedor/Internet/Revistas	1.335,54	-	0,00%
2.9	RESTITUIÇÕES DE CONTRIB.ASSOCIADOS DESLIGADOS	135,60	-	0,00%
2.9.1	Restituições n/mês	135,60	-	0,00%
2.7	EQUIPAMENTOS E MATERIAIS PERMANENTES	3.055,65	-	0,00%
2.7.1	Aquis.03 Estantes de Madeira	1.700,00	-	0,00%
2.7.2	Aquisição de Mat.Manut.Computadores	1.355,65	-	0,00%
2.10	ENCARGOS FINANCEIROS	226,94	122,69	0,19%
2.10.1	Despesas Bancarias/Juros e Multa	47,46	122,69	0,19%
2.10.2	IRRF s/Aplicações Financeiras	179,48	-	0,00%
QUADRO RESUMO				
SALDO ANTERIOR		195.183,83	197.427,86	
RECEITAS		62.307,37	62.308,81	
DESpesas		(60.063,34)	(63.883,89)	
RESULTADO OPERACIONAL		197.427,86	195.852,78	
Banco do Brasil S/A C/C		123.412,06	123.006,78	
Aplicação Banco do Brasil		28.049,86	28.226,07	
CAIXA		31,15	814,44	
SALDO ATUAL DISPONIVEL		151.493,07	152.047,29	

Demonstrativo mensal das receitas e despesas de 02/01/2014 a 31/01/2014

		MÊS ANT.	MÊS ATUAL	% MÊS AT.
1	INGRESSOS	62.308,81	62.406,05	100,00%
1.1	RECEITAS	62.308,81	62.406,05	100,00%
1.1.1	Contribuição dos Associados	62.079,10	62.146,90	99,58%
1.1.2	Rendimento da Aplicação Financeira	176,21	191,85	0,31%
1.1.3	Receitas com Reprografia	53,50	67,30	0,11%
2	SAÍDAS	63.883,89	60.470,18	100,00%
2.1	PESSOAL	15.672,36	11.587,91	19,16%
2.1.1	Salários	9.974,49	9.560,24	15,81%
2.1.2	Ajuda de Custos/Abono Natalino	2.212,00	-	0,00%
2.1.3	Férias	1.881,84	-	0,00%
2.1.4	Vale Transportes/Alimentação	1.604,03	2.027,67	3,35%
2.2	ENCARGOS SOCIAIS/IMPOSTOS	7.826,07	5.617,02	9,29%
2.2.1	Contribuição INSS	6.023,94	4.148,45	6,86%
2.2.2	Contribuição FGTS	1.402,32	973,38	1,61%
2.2.3	PIS Folha de Pagamento	175,29	121,67	0,20%
2.2.4	IRRF s/Férias e Salários	224,52	373,52	0,62%
2.3	SERVIÇOS PRESTADOS - PESSOA FISICA	6.107,20	4.937,00	8,16%
2.3.1	Serviços de Manutenção de Equip.de Informatica	1.143,90	1.167,00	1,93%
2.3.2	Serviços de Diagramação de Material Impresso	800,00	800,00	1,32%
2.3.3	Serviços de Assessoria Jurídica	1.500,00	1.500,00	2,48%
2.3.4	Serviços de Confeção/Faixas/Cartazes	210,00	210,00	0,35%
2.3.5	Serviços Administrativos	1.273,30	-	0,00%
2.3.6	Serviços de Limpeza/Manutenção	1.180,00	1.260,00	2,08%
2.4	SERVIÇOS PRESTADOS - PESSOA JURIDICA	5.549,00	2.918,35	4,83%
2.4.1	Serviços de Confeção de Faixas	1.000,00	210,00	0,35%
2.4.2	Serviços de Manutenção de Home Page	193,00	210,35	0,35%
2.4.3	Serviços de Manutenção de Ar Condicionado	2.000,00	-	0,00%
2.4.4	Serviços de Buffet e Eventos	1.000,00	1.050,00	1,74%
2.4.5	Serviços Contábeis	1.356,00	1.448,00	2,39%
2.5	CONTRIBUIÇÃO ANDES - SINDICATO NACIONAL	14.503,93	14.519,91	24,01%
2.5.1	Contribuição ao Sindicato Nacional	12.305,76	12.319,32	20,37%
2.5.2	Contribuição Comando Nacional de Mobilização	229,25	229,50	0,38%
2.5.3	Contribuição Fundo de Solidariedade	492,23	492,77	0,81%
2.5.4	Contribuição Sindical Conlutas	1.476,69	1.478,32	2,44%
2.6	PASSAGENS, DIARIAS E HOSPEDAGENS	9.508,25	16.004,84	26,47%
2.6.1	Passagens Aereas/Terrestres	7.108,25	10.607,84	17,54%
2.6.2	Despesas com Hospedagens	-	5.157,00	8,53%
2.6.3	Diárias (Transportes/Alimentação)	2.400,00	240,00	0,40%
2.8	BENS DE CONSUMO	4.594,39	3.989,69	6,60%
2.8.1	Telefone	486,35	724,69	1,20%
2.8.2	Correios/Malotes	1.937,52	301,72	0,50%
2.8.3	Combustível	410,00	290,00	0,48%
2.8.4	Taxi, Fretes e Ônibus	261,17	80,00	0,13%
2.8.5	Cartuchos e Toner de Tinta	-	320,00	0,53%
2.8.6	Material de Expediente/Limpeza	446,90	543,37	0,90%
2.8.7	Refeições e Lanches	1.052,45	322,61	0,53%
2.8.8	Materiais Hidraulicos/Eletricos	-	705,59	1,17%
2.8.9	Assinatura Provedor/Internet/Revistas	-	701,71	1,16%
2.7	EQUIPAMENTOS E MATERIAIS PERMANENTES	-	850,00	1,41%
2.7.1	Aquis.Equipamento de Filmagens(Notebook/Camera)	-	850,00	1,41%
2.10	ENCARGOS FINANCEIROS	122,69	45,46	0,08%
2.10.1	Despesas Bancarias/Juros e Multa	122,69	45,46	0,08%
QUADRO RESUMO				
SALDO ANTERIOR		195.852,78	194.277,70	
RECEITAS		62.308,81	62.406,05	
DESpesas		(63.883,89)	(60.470,18)	
RESULTADO OPERACIONAL		194.277,70	196.213,57	
Banco do Brasil S/A C/C		123.006,78	125.184,66	
Aplicação Banco do Brasil		28.226,07	28.417,92	
CAIXA		814,44	380,58	
SALDO ATUAL DISPONIVEL		152.047,29	153.983,16	

■ Mais de mil atividades

Amazonas gasta R\$ 1,3 milhão com “pacotão cultural”

Para quem não abre mão de uma boa noite gastronômica, oito jantares temáticos com apresentações folclóricas, subsidiadas pelo Estado ocorrerão na capital



O Teatro Amazonas assim como palacetes e espaços ao ar livre servirão de palco para o “pacotão cultural”, durante o evento esportivo

Destinada a mostrar aos moradores e visitantes o potencial local, a Secretaria de Estado de Cultura do Amazonas (SEC) anunciou, no dia 18 de fevereiro, a oferta de mais de mil eventos culturais, diários, durante a Copa do Mundo de Futebol. No total, serão nove atividades circenses, 12 sessões de literatura, 140 sessões de teatro-história, 163 sessões de cinema, 183 espetáculos teatrais, 223 apresentações de movimentos culturais, 235 espetáculos musicais e 271 atividades diversas — alocadas em vários pontos da cidade, como teatros e praças.

Orçado em R\$ 1,3 milhão, o ‘pacotão cultural’ disponibilizará aos manauaras e turistas 500 exposições, destas 300 ao ar livre e 200 em lugares fechados, como teatros e palacetes, assim como, exposições com material audiotranscrito bilingue, trilingue (em alguns casos) e em libras.

Para quem não abre mão de uma boa noite gastronômica, oito jantares temáticos com apresentações folclóricas, subsidiadas pelo Estado ocorrerão na capital. A gastronomia será de responsabilidade das empresas contempladas via edital e dependendo da demanda pode ampliar o



cronograma inicial.

Já os sambistas e amantes de exposições, o ‘Point do Samba’, iniciativa que terá como palco as ruínas do Cabaré Chinelo, no Centro será a pedida. A proposta é que, durante o dia, aconteçam exposições da Belle Époque, no local e, à noite, shows de grupos de samba tomem conta do espaço. O uso das ruínas como palco cultura, segundo a SEC segue tendências mundiais, busca reativar parte do Centro Histórico esquecida ao longo dos anos e mostrar aos turistas e aos amazonenses um pouco da história local.

O Centro Cultural Povos da Amazônia, na zona sul, também está nos planos da secretaria como ponto de resgate dos ingressos para o evento esportivo. O local, já oferece exposições de artesãos e apresentações de danças folclóricas, além de abrigar o Museu do Homem do Norte.

Vale a pena ver

Eduardo Coutinho
Título Original: Cabra Marcado para Morrer
Gênero: Documentário
País de Origem: Brasil
Ano: 1984

Outro cineasta teria deixado a coisa morrer. Afinal, o filme que Eduardo Coutinho fazia em Pernambuco sobre o assassinato de um líder paraibano das Ligas Camponesas teve de ser abandonado às pressas em 1964, quando a locação em que trabalhava foi cercada pelo Exército.

Quando reencontrou os negativos do filme, em 1981, voltou ao Nordeste, em busca dos personagens e atores de seu filme interrompido.

O encontro com eles, a começar pela viúva do líder João Pedro Teixeira, gerou um dos momentos mais originais do cinema brasileiro.

Existe, para começar, o interesse óbvio: o que aconteceu com essas pessoas durante o período de ditadura militar? No que se transformaram? Como sobreviveram?

Assim, o que era originalmente uma ficção (baseada em fatos reais, como se diz), transforma-se aos poucos no documentário sobre uma pequena cidade nordestina (a princípio fechada) e seus habitantes, que reencontram as imagens de seu passado e, com elas, o resgatam.

Estamos em um filme sobre o fim do sonho da reforma agrária, mas também, é claro, sobre o golpe militar e seus desdobramentos. Não tanto os políticos quanto os

pessoais.

Em suma, em “Cabra Marcado para Morrer” um filme inacabado encontra, finalmente, seu final.

Existe, no entanto, algo da ordem do fantástico que se intromete nisso tudo. O correr do tempo é misterioso, e Coutinho não era, de modo algum, fechado a isso.

Pois ele se materializava, para começar, nas imagens, nos rostos. Aquelas pessoas jovens de 1964 agora tinham o rosto marcado.

A expressão se transformara com o tempo. O correr do tempo não é, portanto, tranquilo e regular. Ele comporta um hiato brutal ao longo do qual projetos e ideias deixaram de existir ou, simplesmente, de fazer sentido.

Ao mesmo tempo, existe o movimento inverso. Quando as imagens de 1964 e as de 1981 se encontram, lado a lado, tudo renasce: os personagens, o passado, as esperanças de transformação.

Pois este filme, que marca tão profundamente o momento de transição do país para a democracia, afirma que, de certo modo, nada que existe desaparece ou morre.

O cinema, ato de fé, que embalsama essas figuras, será, no caso, a prova.

Inácio Araújo é crítico de cinema do jornal Folha de São Paulo e autor dos livros “Hitchcock, o Mestre do Medo”, “Cinema, o Mundo em Movimento” e “Casa de Meninas”. Leia o artigo na íntegra no site <http://www1.folha.uol.com.br>.



Vale a pena ler

Livro: O Homem que Amava muito os Livros
Editora: Seoman
Autor: Allison Hoover Bartlett
Nº de Página: 208
Valor: R\$ 29,90

No início do livro a autora avisa: “Sempre costumo associar o aroma de um livro antigo à época em que ele tenha sido escrito, como se a fragrância fosse diretamente proveniente da ambientação da história que é narrada.” (pág. 10). Por esse pequeno trecho podemos deduzir que para muitas pessoas o mais importante não é o que está dentro do livro, mas sim o que ele representa no tempo e no espaço. Livros antigos são sinônimo de lutas, de idéias, inovações. Essa paixão pelo livro como um objeto que representa emoções e lembranças, somada ao prazer de manter o exemplar em sua biblioteca, é cultivada pelos bibliófilos, amantes de livros belos e raros que muitas vezes os colecionam em virtude de circunstâncias ligadas à sua publicação, geralmente estudando-os.

Em “O homem que amava muito os livros”, Allison Bartlett nos conta a vida de um bibliófilo. Seu nome é John Gilkey e ele rouba livros para sua coleção.

Pessoa de poucos recursos mas apaixonada por livros raros, especialmente as primeiras edições, John Gilkey passou a roubá-los para sustentar seu vício. Ainda que no Brasil não seja um setor lucrativo, até mesmo em razão do pouco interesse da população e a dificuldade de acesso dos leitores a livros e autores, seja pela

pequena quantidade de bibliotecas ou do alto valor das edições nas livrarias, nos Estados Unidos são inúmeros os antiquários que comercializam livros raros. Os golpes de Gilkey normalmente ocorriam através da utilização do número de cartão de crédito de terceiros, clientes de uma loja em que Gilkey era vendedor, tendo, portanto, acesso à essas informações. As compras, em sua maioria, eram realizadas por telefone, passando-se ele por outra pessoa para retirar os livros após confirmada a venda pela administradora do cartão. Com o tempo os prejuízos começaram a ser sentidos pelos livreiros, chegando o assunto até Ken Sanders, dono de uma livraria de livros raros, que iniciou verdadeira caçada para pegar o ladrão.

A autora teve contato próximo tanto com Sanders como Gilkey, que foi entrevistado por ela várias vezes, narrando seu amor aos livros e sua paixão compulsiva para os ter em sua biblioteca particular. Gilkey, porém, não almejava lucro por meios dos roubos, apenas vendendo os exemplares nas situações em que precisava de dinheiro.

Cristian Luis Hruschka é jornalista, doutor em Comunicação e Semiótica pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (1994). Leia o artigo na íntegra no blog <http://resenhas-literarias>.



Dicas da web

Site disponibiliza conteúdo sobre Escrita Científica

Quem tem dificuldade para colocar no "papel" informações sobre conhecimento científico pode aprimorar as técnicas de disseminação da ciência com apoio do conteúdo disponível no site "Escrita Científica" (www.escritacientifica.com). O endereço eletrônico disponibiliza, gratuitamente, uma série de materiais sobre o assunto, incluindo apostilas e vídeo-aulas, baseados em quase uma década de experiência do Prof. Dr. Valencir Zucolotto, afiliado da Academia Brasileira de Ciências (ABC), na criação



e aplicação de cursos e minicursos em Escrita Científica. Os cursos abordam tópicos em Estrutura e Linguagem, de forma modular, e foram desenvolvidos especialmente para qualificar cientistas, pesquisadores e alunos de pós-graduação para o processamento e produção de artigos científicos de alto impacto.

Aplicativo detecta carros roubados

Lançado pelo Ministério da Justiça, o novo Checkplac, um dos aplicativos para celulares mais baixados no Brasil, permite que cidadãos e profissionais de segurança pública acessem a dados e estatísticas criminais através de uma simples consulta. Interligado ao portal www.sinesp.gov.br, do Sistema Nacional de Informações de Segurança Pública, Prisionais e sobre Drogas (Sinesp), a ferramenta possibilita ao usuário, após a instalação do aplicativo, digitar a



placa no visor do celular e saber a situação do veículo. De acordo com os dados do próprio Ministério, muitos casos de roubos já puderam ser solucionados através do novo sistema. O cidadão pode acionar a polícia através do 190 ao identificar um veículo em situação irregular. O aplicativo pode ser baixado através da Google Play (play.google.com/store/apps/details?id=br.gov.sinesp.cidadao.android).

Comentários

Otávia Cunha Dos Santos



Cuidado, estão querendo tirar a autonomia das IFES e colocar nas mãos de Conselho político. FIQUEM ATENTOS! PARTICIPEM! (sobre o debate quanto a Lei Orgânica das Universidades Federais)

Luiz Fernando Souza Santos



Gostei muito do texto do Tharcísio. Agradeço pela síntese que ele nos apresenta do Congresso do ANDES-SN, e da sinalização para as lutas que já temos que assumir agora. 19 de abril está próximo. Um abraço a todos que fazem/são a ADUA. (sobre o artigo 'Congresso de São Luis e luta das minorias', escrito pelo docente Tharcísio Santiago Cruz e publicado na página da Adua)

Helio Cabral Lima



Vamos fazer o mesmo na UFRPE? Vamos sim! (sobre a decisão do Consuni da Ufam ao rejeitar a proposta de lei orgânica das universidades federais, subpautada pela Andifes)

Marcelo Vallina



Agora, discutir a Universidade que queremos (sobre a decisão do Consuni da Ufam ao rejeitar a proposta de lei orgânica das universidades federais, subpautada pela Andifes)

Raphael Costa



Tem que ter paridade mesmo na aposentadoria senão não dá! (sobre um dos eixos da Campanha Salarial Unificada dos servidores públicos federais)

ATENÇÃO ASSOCIADOS

Não deixem de acompanhar no site da Adua a atualização periódica da lista dos beneficiados no processo 3,17%.

boas lições

Defensoria entra com ação para mudar índice de correção do FGTS

A Defensoria Pública da União (DPU) ingressou, no último dia 3 de fevereiro com uma ação coletiva na Justiça Federal no Rio Grande do Sul para garantir que a correção monetária do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS) seja feita pelo índice de inflação. Segundo a DPU, o pedido tem abrangência nacional.

A questão sobre índice de correção que deve ser adotado pela Caixa Econômica Federal tem gerado decisões conflitantes em todo o Judiciário. Segundo a DPU, a Taxa Referencial (TR) não pode ser usa-

da para correção do FGTS porque não repõe as perdas inflacionárias, por se tratar de um índice com valor abaixo da inflação.

Em algumas decisões, juízes de primeira instância têm entendido que a TR não pode ser utilizada para correção. A polêmica sobre o índice de correção a ser adotado deve ser resolvida definitivamente somente após a questão chegar ao Supremo Tribunal Federal (STF). No julgamento sobre o valor de correção de precatórios, o STF decidiu que deve ser utilizado o índice de inflação e não o da poupança.

